



EDITORIAL: O seguro-desemprego é bom?

Se foi o ano de 2008, coincidindo com o encerramento da pesca experimental de polvo por embarcações à vela, na comunidade da Redonda no município de Icapuí-CE. Projeto financiado pelo CNPq. Uma das metas alcançadas foi a realização de um filme o qual mostra a pesca de polvo efetuada com uma tecnologia simples, aliada à elaboração de produtos requintados e testados por um nicho de mercado exigente e que paga bem como os Buffets. O filme de 11 minutos pode ser visto no site: <http://www.youtube.com/watch?v=w4TMC0BoBiU>. Paradoxalmente o principal entrave para agora iniciar uma pesca comercial, esperada por todos, é o “seguro-desemprego” recebido pelos pescadores na época de defeso da lagosta, que proíbe o pescador ter outra atividade econômica. Ainda, levantamentos realizados permitem visualizar que esta atividade se enquadra na linha de financiamento do PRONAF, mas para tanto, o Banco exige a licença de pesca que o pescador também não tem, e ao requerê-la perde a licença para pescar lagosta e conseqüentemente a possibilidade de reivindicar o “seguro-desemprego”. Ou seja, por todos os lados, as normativas existentes induzem o pescador a ficar na ociosidade durante os seis meses do ano em troca de um salário mínimo por mês. Deve-se ter muito cuidado porque seguindo essa tendência o PIB da pesca pode se tornar negativo, despendendo-se mais recursos em subsídios que o obtido pela venda da própria produção. Nesse caminho equivocado corre-se o risco da pesca ir para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em vez da criação do novo Ministério da Aquicultura e Pesca almejados por todos. Existe um contrasenso em rotular o pagamento efetuado aos pescadores pela paralização das capturas em “seguro-desemprego”, quando na realidade se trata de um “seguro-defeso”. O Governo com base científica ou não, determina que uma determinada pescaria deve ser paralizada por um certo período para resguardar os estoques, para tanto remunera o pescador que o mesmo governo tinha autorizado a pescar, e isso tem seu preço. Agora exigir ao pescador que durante esse período fique inativo é ser no mínimo pouco racional. Na Galícia embarcações pesqueiras artesanais motorizadas tem direito a praticar no máximo cinco pescarias, o que contribui para que todo o esforço de pesca não seja dirigido somente para uma espécie. Na pesca de polvo por embarcações motorizadas em Itarema-CE também existem outros paradoxos que comentaremos no próximo número.

Raúl Madrid

CADEIA PRODUTIVA

Um funcionário de uma das maiores empresas pesqueiras do Brasil tempos atrás me disse que observava um interesse muito grande dos pesquisadores e do Governo em fomentar a produção de polvo mas não observava nenhuma preocupação de trabalhar paralelamente o mercado. Não é que tinha a razão. O polvo capturado em Itarema pesa entre 500 e 600 gramas, tamanho bem menor que o capturado na região sul-suldeste e do consumido nos mercados internacionais. Na Espanha está proibido a pesca de polvo que tenha menos de 1 kg. Esses fatos limitam o desenvolvimento da atividade pensando no futuro incremento da produção para o mercado interno e a exportação. Ciente disso e sabedores de que numa cadeia produtiva o fluxo de informação ocorre “do final para o início”, ou seja, do consumidor ao produtor, o que significa em outras palavras que para fomentar a produção de polvo primeiro deve-se conhecer melhor o consumidor, acredita-se que seja indispensável realizar campanhas para realçar as dotes culinárias do polvo, inclusive mostrando a grande diferença que tem esta espécie quando comparado com outros produtos marinhos. Uma delas, o elevado rendimento depois de limpo (92%). As ostras tem (7%), o camarão (33%), a lagosta (39%), o caranguejo (15%) e os peixes em torno de 40%. Mas reconhece-se que o polvo é um produto ainda desconhecido por grande parte da população. Contatos estão sendo realizados com entidades privadas e públicas, nacionais e estrangeiras, para fomentar o consumo de polvo. Quem sabe se teremos futuramente um “Projeto Polvo Nordeste II” que vise exclusivamente fomentar o consumo, usando Fortaleza como um laboratório.

NESTA EDIÇÃO:

<i>Editorial</i>	1
<i>Cadeia produtiva</i>	1
<i>Pesca de polvo no México</i>	2
<i>Pesca de Polvo em Itarema</i>	2
<i>Perícia</i>	3
<i>Pesquisadores internacionais</i>	4
<i>I Encontro</i>	4



NOTA

Comunicamos que o colega Reynaldo Amorim Marinho, ex-chefe da Divisão de Pesca do LABOMAR e colaborador incansável do Projeto Polvo Nordeste pertence agora ao quadro de professores do Departamento de Engenharia de Pesca da UFC. Além das atividades acadêmicas o Prof. Reynaldo coordenará o projeto, financiado pela SEAP, de monitoramento da pesca de polvo no Norte e Nordeste do Brasil.



PESCA DE POLVO NO MÉXICO

Os Estados de Yucatan e Campeche são responsáveis por mais de 90% do polvo capturado no México. A extensão do litoral desses Estados é um pouco superior ao Estado do Ceará.

Em Yucatán cerca de 15.500 pescadores atuam na pesca de polvo com uma produção anual prevista de 10 mil toneladas, usando 3.676 embarcações pequenas, 418 grandes e 11.400 “alijos” ou pangas. Em 2007 o México exportou 8.500 toneladas de polvo para Espanha, Itália e Japão, sendo o restante para o consumo local e nacional. Nesse ano foi capturado 11.830 toneladas com um valor da produção equivalente na primeira venda a 330 milhões de pesos. Como forma de ordenamento de referida pescaria as capturas podem ser realizadas somente entre o período de 1 de agosto a 15 de dezembro, com cotas anuais pre-estabelecidas. Também, foi

estabelecido um tamanho mínimo de captura de 110 milímetros de longitude do manto, equivalente a 450 gramas de peso por indivíduo capturado. Existem em Yucatan 16 plantas processadoras, certificadas para exportar.

Por sua vez, na província de Campeche atuam 7.500 pescadores na pesca de polvo com 1.595 embarcações. A quota de captura para a temporada de 2008 foi de 8.100 toneladas, 20% menor que à do ano passado. O ano passado o preço do polvo na primeira venda foi entre 27 e 35 pesos. Nas localidades pesqueiras de Campeche, Lerma, Isla Arena, Champotón, Seybaplaya e Sabancuy há uma geração de emprego diretos e indiretos entre 15 e 16 mil.

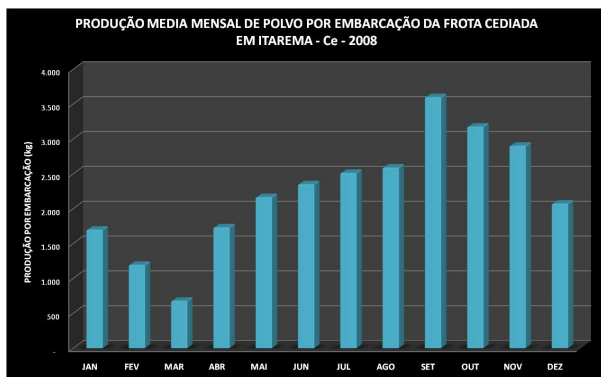
Em ambas as províncias, as espécies capturadas são: o *Octopus maia* (polvo “patón”), espécie endêmica, que aporta grande parte das capturas e o *Octopus vulgaris*, espécie cosmopolita.



PESCA DE POLVO EM ITAREMA-CE

O gráfico abaixo mostra a produção mensal média de polvo por embarcação da frota cedida em Itarema-CE em 2008. O total desembarcado foi 188.264 kg. Essa produção corresponde a nove embarcações motorizadas, mas não todas atuaram durante todos os meses.

Os quadros ao lado representam os dados obtidos a partir do acompanhamento de uma das embarcações por um observador a bordo entre setembro de 2007 a agosto de 2008.



DADOS	
No. de dias	128
No. de filas	406
No. de potes	101.350
No. de potes com polvo	43.379
Produção (kg)	23.707

ÍNDICES	
% de potes c/polvo	42,80%
kg de polvo/dia	185
kg de polvo/potes	0,234
No. de polvo/dia	339
No. de polvo/pote	0,428
Peso médio (kg)	0,547



PERÍCIA: *Octopus vulgaris* vs *Octopus insularis*



Data: 18 de janeiro de 2009

Perito: Claudio Aguirre

Cargo: Chef do “Prats Fatjo” - Catering & Service- Barcelona—Espanha

<http://www.pratsfatjo.com/>



AMOSTRA: Dois exemplares de *O. vulgaris* (cosmopolita) e outros dois de *Octopus insularis* (nativo) de aproximadamente 700 gramas cada.

MATÉRIA-PRIMA

· Aparência:

O *O. insularis* é mais robusto na parte superior quando comparado com o *O. vulgaris*, ou seja, para um mesmo peso, o primeiro tem os tentáculos de maior diâmetro e, o *O. vulgaris* tem os tentáculos mais alongados (vide foto).

· Textura:

Ambas as espécies apresentaram um resultado similar quando pressionada sua musculatura com o dedo.

· Odor

Não foram detectadas diferenças de odor entre as espécies.

COZIMENTO: Foi realizado o cozimento em água fervente por 50 minutos, precedido no início de três mergulhos rápidos por alguns segundos. Após os 50 minutos o fogo foi desligado e o polvo permaneceu por mais cinco minutos na água quente. Seguidamente os polvos foram retirados e colocados na geladeira por mais dez minutos, para posterior análise e preparações.

· Cor:

O *O. insularis* tinha uma coloração mais clara, enquanto o *O. vulgaris* era mais escuro e de cor mais intensa (vide foto).

· Sabor:

O sabor do *O. vulgaris* foi considerado o mesmo daquele encontrado na espécie capturada/comercializada na Espanha. Já o *O. insularis* apresentou um sabor mais ténue.

· Textura:

Para um mesmo tempo de cozimento a textura dos tentáculos do *O. insularis* ficou levemente mais dura que o *O. vulgaris*, mas ao comparar tentáculos do mesmo diâmetro, não foi percebida diferenças de textura.

· Pele

A pele do *O. insularis* é mais grossa que a do *O. vulgaris*.

PREPARAÇÕES DO CHEF





PESQUISADORES INTERNACIONAIS UNEM ESFORÇOS PARA DESENVOLVER TÉCNICAS QUE VIABILIZEM O CULTIVO DE POLVO EM ESCALA COMERCIAL



Pesquisadores de vários países se reuniram de 27 a 29 de outubro de 2008 no Centro Oceanográfico de Tenerife, nas Ilhas Canárias, para estabelecer uma cooperação entre grupos multidisciplinares, visando desenvolver novos métodos para viabilizar o cultivo de polvo em escala comercial.

Participaram deste encontro pesquisadores da Alemanha, Bélgica, Brasil, Chile, Espanha, França, Inglaterra, México, Portugal e Venezuela. O encontro culminou na elaboração de Projeto UNICEPH (United Initiatives for Cephalopod Research), que é

uma proposta de trabalho conjunta entre os diferentes países. O Brasil participa deste projeto através da Dra. Érica Vidal do Centro de Estudos do Mar (UFPR).

Apesar do enorme potencial que os polvos apresentam para a Aqüicultura, que se traduz principalmente em altas taxas de crescimento e valor de mercado, o problema para viabilizar o cultivo comercial está nas altas taxas de mortalidade das paralarvas de polvo durante a larvicultura. A maior parte das técnicas de cultivo utilizadas atualmente foi desenvolvida para peixes, sendo necessárias adaptações às exigências dos polvos.

Tentando resolver estes problemas os pesquisadores identificaram os principais gargalos tecnológicos do cultivo, que se referem principalmente às necessidades nutricionais das paralarvas e o ambiente físico de cultivo, e concordaram em focar em experimentos de laboratório, tendo por meta alcançar o cultivo em larga escala.

Como não é possível produzir polvos juvenis em laboratório, o que se faz é capturá-los no ambiente natural e engordá-los em gaiolas. Porém, isso implica em depender de exemplares capturados na natureza, o que torna atualmente incerto qualquer prognóstico de produção.

I ENCONTRO SOBRE CO-GESTÃO PESQUEIRA NACOMUNIDADE DA REDONDA-ICAPUÍ-CE

Dando continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Grupo de Recursos Marinhos e Pescarias da Universidade de Coruña, o Departamento de Engenharia de Pesca da UFRPE e o Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR/UFC, em novembro de 2008, realizou-se o I ENCONTRO SOBRE CO-GESTÃO PESQUEIRA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Horizonte da Cidadania – Praia de Redonda (Icapuí-CE). O evento, organizado pela equipe do LABOMAR, contou com a importante presença da equipe espanhola (composta por seis técnicos), além de um representante da SEAP-PE.

O ENCONTRO mostrou-se um grande sucesso mobilizando mais de 300 moradores, tanto da comunidade local (Redonda) quanto das comunidades adjacentes (Ponta Grossa, Perobas e Retiro Grande), dentre estes: pescadores, capatazes de colônias de pesca, grupo de marisqueiras, donos de pousadas e estabelecimentos comerciais, alunos da rede pública local, alunos do CVTEC/Aracati, Além das lideranças políticas e comunitárias..

O principal objetivo do evento foi convidar formalmente todas as comunidades presentes para participarem efetivamente do Projeto de Co-Gestão Pesqueira, uma vez que este já é uma realidade. Além disso, foram feitos esclarecimentos (prós e contras) sobre a implantação de uma Área Marinha Protegida na região; apresentou-se também as possibilidades de conseguir financiamento através do PRONAF para a execução da segunda etapa da pesca de polvo com embarcações à vela e, ainda, a equipe espanhola relatou exemplos bem-sucedidos da Co-Gestão na Galícia. Todos elucidaram que a participação da comunidade é fundamental para o sucesso do Projeto.

Ao final do ENCONTRO ficou bastante claro o interesse das comunidades em participar, reivindicar, denunciar, enfim, contribuir da melhor forma para o aumento da qualidade de vida da população como um todo.

Lorena Galletti de Almeida
Oceanógrafa
Mestranda Ciências Marinhas Tropicais –
LABOMAR/UFC





Jesualdo Pereira Farias
Reitor da UFC

Manuel Antônio de Andrade Furtado Neto
Diretor do LABOMAR/UFC

Reynaldo Amorim Marinho
Departamento de Engenharia de Pesca/UFC

Raúl Mario Malvino Madrid
Coordenador do Projeto POLVO NORDESTE—Editor
raul@labomar.ufc.br

REALIZAÇÃO



APOIO

